

Base no Congresso não está assegurada

BRASÍLIA — As seqüelas da reforma ministerial e as disputas pela nomeação de nomes do segundo escalão não permitem ainda que o Governo fique tranquilo quanto à sua base no Congresso. Ontem, horas antes da votação do salário-mínimo, os líderes governistas foram informados de que os 19 deputados da bancada do PDC — que não receberam nenhum cargo na reforma, mas esperavam indicar o presidente do Incra — apoiam a proposta de Cr\$ 242 mil das oposições. O PDS também tinha defecções, enquanto o PL aceitava os Cr\$ 230 mil do Governo, mas apoiava uma emenda instituindo antecipações bimestrais. No PTB, onde as nomeações pa-

ra cargos federais do Ministério dos Transportes e Comunicações nos estados estão correndo bem, a situação era melhor. Mesmo assim, havia a previsão de quatro dissidentes entre seus 30 integrantes.

— Isso tudo está sendo muito mal conduzido. Nós vamos votar contra e acabou — dizia o deputado Paulo Mandarino (PDC-GO), aos berros, no gabinete do líder do PFL, Luís Eduardo Magalhães, durante uma tensa reunião em que os governistas tentavam ganhar os votos do PDC.

Nervosos, os líderes do governo, Humberto Souto, e do PFL, Luís Eduardo, argumentaram em vão e acabaram passando o

problema para o ministro Jorge Bornhausen. Apesar de a bancada do PDC garantir publicamente que sua posição era fruto da disposição de votar a melhor proposta para o trabalhador, parlamentares ligados ao partido admitiram a insatisfação pelo fato de não terem conseguido nomear o presidente do Incra, cargo que permaneceu com o PRN e o ministro Antônio Cabrera. Além disso, o PDC não está gostando das tentativas do PRN de tirar de suas mãos a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

Ontem à noite, Bornhausen convocou os líderes do PDC ao Palácio do Planalto para tentar

resolver o problema. E possível que ofereça ao partido a Secretaria Nacional de Habitação.

No PTB, o líder Nélson Marchezelli teve que ameaçar interromper o encaminhamento dos pleitos e nomeações de quem votasse contra o Governo.

— Para mim, não existe meia gravidez. Ou vocês são Governo ou não são. E, quem votar contra, sai do esquema.

O “esquema” ao qual se referiu Marchezelli é o das indicações para diretorias das companhias telefônicas estaduais e outros cargos federais do Ministério dos Transportes nos estados. No caso do Rio, estão na alça de mira a Telerj e a Companhia Docas do estado.